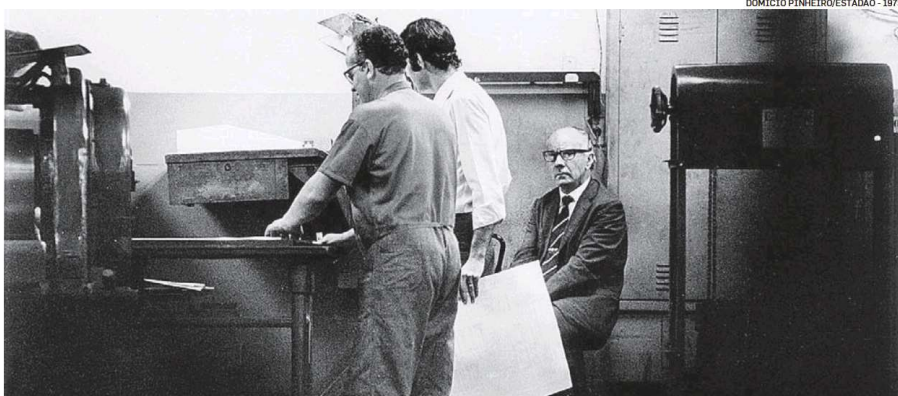


60 ANOS DO GOLPE



DOMICÍLIO PINHEIRO/ESTADÃO - 1973

Censor da ditadura militar trabalhando no prédio do 'Estadão' em 1973; censura nos jornais do grupo só acabaria em 3 de janeiro de 1975

Redações resistiram à censura imposta pelo 'caudilhismo militar'

Jornais do Grupo Estado recusaram a autocensura e publicaram poemas e receitas no lugar de conteúdos vetados

O período pós-1964 não foi o primeiro no qual o *Estadão* amargou esse tipo de atentado contra uma das liberdades básicas da República. Em 1917, após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, o jornal enfrentou a primeira censura imposta por um governo em sua história. O jornal se recusou a substituir os textos amputados pela polícia e mandou deixar os espaços em branco nas edições do *Estadão* até conseguir no Supremo Tribunal Federal a derrubada da censura.

Como o AI-5 impediu o recurso à Justiça contra decisões da ditadura que tinham origem no ato institucional, não foi possível ao jornal enfrentar pela via judicial a violência do regime inaugurado em 1964. Tampouco os policiais da ditadura permitiram que o recurso do espaço em branco nos dois jornais denunciasses a sua violência. O *Estadão* era, então, obrigado a preencher o que fora cortado se quisesse ser liberado.

A solução foi publicar textos aleatórios, para que o leitor entendesse o que estava acontecendo. Proibido de noticiar um texto sobre a demissão do ministro da Agricultura, Cirne Lima, em sua primeira página, o *Estadão* substituiu, em 1973, a foto dele por uma publicidade da *Rádio Eldorado*, emissora do Grupo Estado, que anunciava: "Agora é samba". Havia ainda cartas inventadas pela redação, comunicações judiciais, notícias sobre a criação de animais e o cultivo de flores em páginas nobres do jornal.



● Solução Páginas censuradas do 'Estadão', em 1974, preenchidas com versos de 'Os Lusíadas'

O resultado, porém, foi insatisfatório. Muitos leitores – como contou o jornalista José Maria Mayrink – passaram a cumprimantar o jornal pelo apoio ao cultivo de flores ou à literatura, sem se darem conta do que se passava. Foi o que aconteceu quando o poema *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias, saiu na página dos editoriais, em 29 de junho de 1973.

O jornal decidiu, então, publicar conteúdos repetitivos que dessem aos leitores uma pista de que aquilo estava saindo no lugar de matérias vetadas pela censura. O redator Antonio Carvalho Mendes, o Toninho, responsável por quase cinco décadas pela seção de falecimentos do *Estadão*, sugeriu que se publicassem somente versos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. O poeta apareceu 655 vezes no jornal. No *Jornal da Tarde*, em substituição às reportagens cortadas, em vez de Camões, saíam apenas receitas de bolo e doces. Foi tanto Camões e tanto bolo que os lei-

tores entenderam o que se passava. Já os censores... Bem, eles devem ter ficado perplexos por estarem cada dia mais cultos e mais gordos.

CENTENÁRIO. A censura nos jornais do grupo só acabaria em 3 de janeiro de 1975, véspera da comemoração do centenário do *Estadão*. Segundo lembrou o jornalista Ruy Mesquita, o presidente Ernesto Geisel cumpriria com aquele ato um compromisso feito ao assumir a Presidência, em março de 1974. Levantamento feito pela professora Maria Aparecida Aquino, da USP, mostra que, ao todo, foram cortados 1.136 textos no *Estadão*, de 29 de março de 1973 até o fim da censura.

Nesse período, o jornal nunca deixou de denunciar a ação contra a liberdade de imprensa. Julio Neto recebeu em no-

me do jornal o Prêmio Pena de Ouro da Liberdade, da Federação Internacional dos Editores de Jornais. Em 19 de setembro de 1972, Ruy Mesquita mandou um telegrama para o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, contra as novas regras impostas pela PF aos jornais. Aqui o publicamos na íntegra: "Senhor Ministro, ao tomar conhecimento dessas normas emanadas de V.Sa o meu sentimento foi de profunda humilhação e vergonha. Senti vergonha, sr. Ministro, pelo Brasil, degradado à condição de uma republiqueta de banana ou de uma Uganda qualquer por um governo que acaba de perder a compostura... Todos os que estão hoje no poder dele baixarão um dia e então, sr. Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini ou na Rússia de Stalin, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história deste período em que a Revolução de 64 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o marechal

Castelo Branco, para envolver pelos rumos de um caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas..."

'MATEM'. Derrubada a censura, o jornal continuou a enfrentar os excessos do regime. Foi assim que publicou a carta de Terezinha Coelho, mulher do dirigente comunista e ex-deputado federal Marco Antônio Tavares Coelho. Era 20 de fevereiro de 1975 quando ela pôde visitar por dez minutos o marido detido no Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 2.º Exército. Tratava-se de rara concessão do regime, diante da repercussão da prisão do ex-parlamentar.

Tavares Coelho estava 20 quilos mais magro, após uma série de sevícias que sofrera nos calabouços do Rio e de São Paulo. Terezinha deixou a caserna e procurou o jornalista Ruy Mesquita na sede do *Estadão*, no bairro do Limão. Contou-lhe o que viu e ouviu.

Doutor Ruy telefonou, de imediato, ao ministro da Justiça, Armando Falcão. Na manhã seguinte, o ministro do Exército, Sylvio Frota, teve de se virar com mais um laudo feito pelo legista Harry Shibata – o mesmo que atestaria meses depois o "suicídio" do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI – para "provar" que Coelho estava bem nutrido e com a integridade física preservada. O *Estadão* publicou então a dramática carta de Terezinha, com um apelo: "Matem meu marido, mas não o torturem! Não o aviltem, pelo amor de Deus".

O jornal defendeu ainda seus profissionais, procurados ou presos ilegalmente e torturados pelo regime até o fim do AI-5, em 1978. Editorialista do JT, Marco Antonio Rocha, o Marquito, amigo do jornalista Vladimir Herzog, assassinado dias antes sob tortura, era também procurado pelo DOI-Codi. Ele contou que telefonara para o Doutor Ruy e falou que iria se refugiar na Embaixada da Iugoslávia. Ele respondeu quase como numa ordem: "Nada disso. Venha para São Paulo e para o jornal. E fique no jornal. Não vá para sua casa".

No jornal, Ruy Mesquita disse que naquela noite Marquito dormiria na sua casa, no Pacaembu. E telefonou de novo para Armando Falcão. "O repórter que vocês estão procurando está aqui na minha frente, se você quiser, mande uma patrulha invadir o jornal para prendê-lo." Falcão ligou mais tarde para dizer que o editorialista deveria se apresentar no dia seguinte – 27 de outubro de 1975 – ao comando do 2.º Exército. E lá ele foi, acompanhado do Doutor Ruy e de Aúldio Dantas, então presidente do Sindicato dos Jornalistas. Ficou dez dias detido. Mas teve a vida e a integridade física preservadas. ● MARCELO GODOY



NA WEB
Versos de Camões foram publicados
655 vezes a partir de agosto de 1973
www.estado.com.br/